

A ECONOMIA DE MOÇAMBIQUE E OS CONFLITOS E TENSÕES À VOLTA DAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO AGRÍCOLA

Carlos Muianga

Não é o capital nem o imperialismo que reproduz o campesinato – o campesinato reproduz-se por si mesmo através do seu próprio trabalho. A questão é como é que as condições de produção e reprodução (em formações sociais particulares e ao nível da economia mundial) são determinadas pelas operações do capital e do Estado (Bernstein, 1977: 61).

INTRODUÇÃO

A economia de Moçambique desacelerou no último quinquénio (2015-2019), tendo o produto interno bruto (PIB) crescido a uma taxa média anual de 3,9 %. Esta tendência de desaceleração, que dada a conjuntura actual poderá manter-se nos próximos anos, contrasta com o crescimento acelerado e sustentado de 7,5 % registado na primeira década e meia do presente século (2000-2014) (INE, 2020). A agricultura, cujo crescimento tem sido muito lento, continua a ser o sector que mais contribui para o PIB, com uma média anual à volta de 20 % nas últimas duas décadas. O desenvolvimento da agricultura tem ocupado um lugar central nos planos e programas de governação e de desenvolvimento do País ao longo deste período (Governo de Moçambique [GdM], 2008, 2011a, 2011b, 2015). Contudo, os ganhos do rápido crescimento e da expansão da economia neste período pouco se reflectiram no desenvolvimento de forças produtivas na agricultura e no meio rural em geral. Ou seja, o padrão de crescimento económico traduziu-se em poucos ganhos no aumento da produção e produtividade agrícolas, sobretudo do «sector familiar», oficialmente anunciado como o centro da política agrária. As condições de produção e reprodução da agricultura familiar tornaram-se cada vez mais críticas. O crescimento da agricultura registado entre 2005 e 2015 deveu-se à expansão da produção de mercadorias primárias para exportação (madeira, tabaco, algodão, caju, açúcar e bananas), que, no passado, constituíam algumas das principais fontes de divisas para o País (Castel-Branco, 2017a, 1994). A produção alimentar *per capita*, para abastecimento do mercado doméstico decresceu em média 0,9 % por ano ao longo deste período (Castel-Branco, 2017a). Apesar disso, a produção agrícola familiar de subsistência continua a ser uma das principais fontes de reprodução da força de trabalho barata para as grandes empresas e plantações agrícolas, acabando

por se transformar num sistema de segurança social. Porém, a produção agrícola familiar de subsistência não se reproduz por si só, visto que necessita de outras formas de produção e de trabalho (assalariado e não assalariado) que, no conjunto, afectam a reprodução da força de trabalho e a sua disponibilidade para o capital (Castel-Branco, 1994; Ali, 2020). Estes aspectos remetem-nos para uma reflexão sobre as condições de produção e reprodução agrícola e para os conflitos e tensões à sua volta, no contexto das estruturas económicas dominantes que explicam o actual padrão de crescimento económico.

Este artigo é uma tentativa de fornecer elementos a partir dos quais possamos compreender conflitos e tensões à volta das condições de produção e reprodução agrícola em Moçambique. O foco é na análise de como as estruturas económicas afectam as condições sociais de produção e reprodução agrícola e ajudam a explicar conflitos e tensões à sua volta. A análise oficial dominante sobre os problemas do desenvolvimento agrário no País é frequentemente feita recorrendo à descrição de um conjunto de obstáculos à melhoria das condições de produção, em particular do «sector familiar», cuja produção e produtividade são consideradas muito baixas (GdM, 2008, 2011a, 2011b, 2015). Olhando criticamente para esta análise dominante, o artigo defende que as estruturas dominantes da economia determinam as condições sociais de produção e reprodução na agricultura, a sua transformação e a natureza dos conflitos e tensões à sua volta. Além disso, os processos socioeconómicos, políticos e institucionais que emergem destas estruturas, sustentando a sua reprodução e expansão, limitam as possibilidades reais de desenvolvimento de forças produtivas na agricultura. Associadas ao fraco desenvolvimento destas forças produtivas, as condições e os mecanismos de produção e reprodução constituem, por sua vez, uma base para a reprodução e expansão destas estruturas económicas.

O artigo está organizado em cinco secções, incluindo a introdução. A segunda secção procura definir os conceitos de produção e reprodução, mostrando como estes dois processos são lógica, orgânica e estruturalmente relacionados. A operacionalização destes conceitos permite-nos ter bases para identificarmos e compreendermos as condições de produção e reprodução agrícola e a forma como estas se manifestam num contexto específico e complexo de relações sociais de produção.¹ A terceira secção descreve alguns elementos da estrutura da economia, com foco nas dinâmicas dominantes. Com recurso a esta análise, a quarta secção discute alguns dos conflitos e tensões à volta das condições de produção e reprodução agrícola no País nos últimos anos e a forma como a sua natureza constitui um bloqueio sistemático ao desenvolvimento das forças produtivas na agricultura e no campo.

¹ De uma forma mais ampla, por condições sociais de produção entende-se «todas aquelas relações sociais, instituições e práticas que estruturam as actividades de produção e reprodução, incluindo as condições técnicas de produção e as forças produtivas». As condições técnicas de produção incluem o conjunto particular de forças produtivas organizados em processo de trabalho, incluindo a combinação de diferentes tarefas levadas a cabo pelos trabalhadores numa simples unidade de produção agrícola ou fábrica (Bernstein, 2010: 129).

A mesma começa por questionar o discurso oficial sobre os problemas do desenvolvimento agrário para explicar como a compreensão da estrutura da economia e do seu funcionamento limitam o desenvolvimento da agricultura. A quinta secção é a conclusão.

PRODUÇÃO, REPRODUÇÃO E CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO AGRÍCOLA

De modo a colocar o leitor a par da discussão sobre as condições de produção e reprodução agrícola, achamos importante, e de forma geral, explicarmos os conceitos de produção e reprodução. A definição destes conceitos poderá, em certa medida, facilitar a compreensão do quadro de análise usado neste artigo.

PRODUÇÃO

No campo das ciências sociais (sociologia, economia, antropologia, etc.), produção é considerada a condição para existência da vida humana. Formalmente, e num contexto menos generalizado, produção descreve «o processo em que o trabalho é aplicado na transformação da natureza para satisfazer as condições da vida humana», pressupondo, neste sentido, «trabalho numa forma em que é exclusivamente uma característica humana» (Bernstein, 2010: 13).² A produção agrícola (questão central deste artigo), na sua forma mais natural e simples, compreende, claramente, este processo de transformação da natureza através do «trabalho humano» no cultivo da terra para a subsistência humana. Independentemente do tipo de sociedade e do modo de produção (feudalismo, capitalismo, etc.), produção pressupõe a criação de valores de uso, isto é, de coisas úteis: bens (comida, vestuário, habitação, etc.) e serviços (educação, transporte, saúde, etc.) necessários para a contínua existência da sociedade (Fine & Saad-Filho, 2016). Tal criação de valores de uso (produção) ocorre dentro de um conjunto de processos e relações sociais (complexos) historicamente determinados e em constante transformação (e reprodução). Para Marx, a produção é o ponto de partida para análise da evolução de qualquer sociedade e das suas relações, em particular do seu modo de produção (por exemplo, o capitalismo). Isto é, a forma como uma sociedade produz as condições materiais para a sua própria existência (reprodução), bem como os processos e relações sociais através dos quais a produção é organizada, incluindo as condições técnicas de produção – «relações sociais de produção» (Bernstein, 2010: 13). Portanto, quem produz o quê, como e em que condições e as implicações para a economia e para a sociedade são questões cruciais (Fine & Saad-Filho, 2016). A um nível mais complexo, implica responder a, pelo menos, «quatro questões de economia política» concernentes às

² Ora, na realidade, o trabalho não é exclusivamente uma característica humana. O trabalho é central para a existência de todas outras espécies de vida, sobretudo animal, que, por inerência da natureza, interagem com a espécie humana na transformação da mesma (natureza).

relações sociais de produção e reprodução: (1) «quem possui o quê (relações sociais de posse e propriedade)?»; (2) «quem faz o quê (divisão social do trabalho)?», «quem fica com o quê (distribuição social do produto do trabalho/rendimento)?», e «o que é feito disto (consumo, reprodução, investimento/acumulação)?» (Bernstein, 2010: 22-24, 2017: 8-9).

REPRODUÇÃO³

Como o leitor deve ter constatado, associada à produção está a reprodução. Reprodução implica que «os elementos do processo de produção por si só têm de ser produzidos» (Bernstein, 2010: 13), de modo que o processo de produção continue e, por conseguinte, a existência da sociedade. Como Marx aponta,

qualquer que seja a forma do processo de produção numa sociedade, esta tem que ser um processo contínuo, deve continuar a passar periodicamente pelas mesmas fases. Uma sociedade não pode parar de produzir mais do que pode parar de consumir. Quando visto, portanto, como um todo conectado, e como fluindo com incessante renovação, todo o processo social de produção é, ao mesmo tempo, um processo de reprodução [Marx, *Capital*, Vol. 1, Cap. 23, citado em Bottomore (1991: 469)].⁴

Portanto, produção e reprodução são dois processos inter-relacionados, duas faces da mesma moeda – «as condições de produção são também as condições de reprodução» (Marx, *Capital*, Vol. 1, Cap. 23). Ou seja, «reprodução envolve produção e o estabelecimento das condições pelas quais a produção pode continuar a ter lugar» (Bottomore, 1991: 469). De uma forma mais simples, pode assumir-se que «todas as necessidades de reprodução, assegurar as condições de produção futura, têm de ser garantidas pelo que é produzido agora» (Bernstein, 2010: 18). De uma forma mais complexa, implica entender as quatro questões de economia política acima mencionadas, concernentes às relações sociais de produção e reprodução, e a sua aplicação em diferentes contextos e escalas da actividade económica (desde a produção agrícola familiar

³ À partida, recorrendo à semântica, «produção» e «reprodução» são duas palavras relacionadas. Mais do que semanticamente relacionados, produção e reprodução são dois conceitos ou processos sociologicamente relacionados e centrais para compreensão da evolução da sociedade humana (e não só). Neste sentido sociológico e geral, produção é a condição para a nossa existência como sociedade e reprodução é a manutenção dessa condição de existência.

⁴ O circuito de capital industrial, $M - C (MP, LP) \dots P \dots C' - M'$, central na análise Marxista do modo de produção capitalista, descreve como o processo de reprodução do capital nas suas variadas formas (simples e alargada – acumulação) ocorre. O capital em forma de dinheiro (M) é usado para comprar mercadorias (C), que incluem os meios de produção (MP, capital fixo) e força de trabalho (LP, capital variável). Passando por um processo de produção (P), o resultado é a produção de novas mercadorias, $C' > C$, e pode ser vendido por $M' > M$. A diferença $C' - C$ ou $M' - M$ é a mais valia (lucro), que pode ser consumida directamente pelo capitalista (reprodução simples) ou incorporada no novo ciclo de produção (reprodução alargada/acumulação de capital). Note-se que o capital é visto como uma relação social, especificamente uma relação social envolvida na auto-expansão de valor, na produção, acumulação e apropriação de mais-valia. Sendo auto-expansão de valor, o capital é essencialmente um processo: o processo de reproduzir valor e produzir novo valor. Ou seja, o capital é valor no processo da sua própria reprodução como capital e, sendo um processo, está em estado de movimento (Fine & Saad-Filho, 2016: 54-63; Fine & Harris, 1979: 3-6).

até à economia local, regional, nacional e global) e em diferentes contextos sociais e históricos (Bernstein, 2010, 2017). Estas questões seguem uma sequência implícita: «relações sociais de propriedade estruturam a divisão social de trabalho, que estrutura a distribuição social do produto do trabalho (rendimento), que por sua vez estrutura o uso do produto social para o consumo e reprodução – que, no caso do capitalismo, inclui acumulação [de capital]» (Bernstein, 2010: 24). Quem produz estes elementos, como e em que dimensão depende das relações sociais de produção em contextos históricos e locais específicos. Por exemplo, um elemento central na produção agrícola é a terra. Embora esta seja um elemento da natureza, precisa de ser reproduzida, incluindo as condições técnicas (por exemplo, a fertilidade, que se pode deteriorar, manter ou melhorar) e as relações sociais desenvolvidas à volta da mesma. Outros elementos/meios de produção, incluindo os instrumentos (ferramentas) de produção, as sementes, o gado, etc., bem como os actuais e futuros produtores, e as relações sociais que se estabelecem entre eles e com outros precisam de ser reproduzidos. Portanto, «as necessidades de constantemente produzir as condições de produção agrícola, assim como outras actividades humanas [e relações sociais] são denominadas reprodução» (Bernstein, 2010: 18). Por exemplo, as condições e características fundamentais da «economia extractiva», enquanto modo dominante de acumulação de capital em condições históricas específicas de Moçambique, têm de ser reproduzidas (Castel-Branco, 2010, 2014; Castel-Branco, 2017b). Portanto, reprodução a um nível mais amplo, ou da economia como um todo, é um processo social, que envolve relações sociais de produção e a reprodução dessas mesmas relações em contextos históricos específicos.

Na agricultura, a reprodução diz respeito à forma como os produtores agrícolas se reproduzem como seres humanos e, essencialmente, como produtores e/ou força de trabalho, pelo menos ao nível necessário para continuar um novo ciclo de produção. Isto requer a substituição ou reposição dos meios de produção, insumos e instrumentos de produção necessários para iniciar cada ciclo de produção. A um nível mais dinâmico, este processo de reprodução pode traduzir-se também na expansão da produção e consolidação das relações sociais de produção, quer ao nível da unidade produtiva (o agregado familiar e as relações desenvolvidas dentro deste agregado), quer ao nível das relações entre a unidade de produção e a economia mais ampla. Neste contexto, as dinâmicas dos «mercados reais» (de insumos, de produtos, de crédito, trabalho, etc.) são centrais (Bernstein & Oya, 2014). Como é que os mercados, enquanto construções sociais, estruturam as condições de produção e reprodução agrícola a vários níveis e escalas de diferenciação entre produtores e mesmo dentro de grupos de produtores ou agregados familiares? Como é que mercados são estruturados pelas dinâmicas das estruturas económicas dominantes e pelos padrões de acumulação associados a estas estruturas de modo a permitirem a sua reprodução e expansão? Algumas destas e outras questões são discutidas nas próximas secções olhando para o caso de Moçambique.

A ESTRUTURA DA ECONOMIA E O PADRÃO DE CRESCIMENTO ECONÓMICO DE MOÇAMBIQUE

Na secção introdutória deste artigo defendeu-se que as características dominantes da economia moçambicana estruturam as condições e possibilidades reais de produção e reprodução agrícola, em particular dos pequenos produtores rurais, que têm na agricultura uma das principais fontes de subsistência. A compreensão destas dinâmicas de produção e reprodução requer uma análise das várias formas de produção capitalista (incluindo agrícolas) e a relação entre elas no quadro da economia como um todo, incluindo a acção e relação com outras formas de capital e o Estado nas condições históricas e sociais específicas do País. Esta secção descreve alguns elementos da estrutura da economia de Moçambique e as suas características, com destaque para a análise das dinâmicas económicas dominantes nas últimas duas décadas.

Nas últimas duas décadas (2000-2019), a economia de Moçambique cresceu a uma média anual de 6,6 %. Na primeira década e meia do mesmo período (2000-2014), a economia registou um crescimento sustentado numa média anual de 7,5 %. No entanto, no último quinquénio (2015-2019), o crescimento médio anual foi de 3,9 %, tendo atingido 2,2 % em 2019, valor mais baixo desde 2000 (1,7 %) (INE, 2020). Como tem sido referido no contexto das crises cíclicas da economia de Moçambique ao longo das últimas décadas, a desaceleração da economia nestes últimos anos é reflexo da vulnerabilidade do padrão de crescimento económico, cujas principais características são descritas a seguir.

CONCENTRAÇÃO DO INVESTIMENTO

Uma das principais características do padrão de crescimento económico em Moçambique é a dependência em relação a fluxos externos de capitais em forma de investimento directo estrangeiro (IDE) e créditos comerciais no sistema financeiro internacional. Associada a estes influxos de investimento está igualmente a concentração da produção num pequeno leque de grandes projectos focado na produção primária para exportação, que forma o «núcleo extractivo da economia», constituído pelo complexo mineral energético e pelas mercadorias agrícolas primárias para exportação (Castel-Branco, 2010, 2014, 2015, 2017a). No que respeita aos fluxos externos de capitais, dados do Banco de Moçambique (BM) mostram que, entre 2000 e 2019, Moçambique recebeu quase 39 mil milhões de dólares norte-americanos (USD) em investimento privado externo em forma de IDE e empréstimos comerciais. Dos cerca de 1,3 mil milhões no início da primeira década deste período, o IDE cresceu para mais de 21 mil milhões de dólares norte-americanos, seguido por um abrandamento no último quinquénio, com a crise da economia. Entretanto, mais de 90 % do total de IDE recebido nesse período ocorreu na última década, com o crescimento considerável da indústria extractiva

(gás, carvão, areias pesadas, e outros minerais). No mesmo período, particularmente entre 2002 e 2016, 77 % do IDE teve como destino o núcleo extractivo da economia (67 %) e a infra-estrutura e serviços de suporte, com destaque para transportes e comunicações (10 %) (Langa, 2017).

TABELA 1: INFLUXOS DE INVESTIMENTO DIRECTO ESTRANGEIRO, 2000-2019 (MILHÕES USD)

	2000-2004*	2005-2009	2010-2014	2015-2019	2000-2019
IDE	1324	2109	21 351	14 104	38 888
Média anual	265	422	4270	2821	1944
Peso do total do período (%)	3,4	5,4	54,9	36,3	100

Fonte: *Castel-Branco (2017a), Banco de Moçambique (2020).

CONCENTRAÇÃO DA PRODUÇÃO E DO COMÉRCIO

A outra característica do padrão do crescimento é a concentração da produção e do comércio num pequeno leque de produtos primários ligados ao complexo mineral energético e mercadorias agrícolas para exportação, seguindo, deste modo, o mesmo padrão de concentração do IDE. A tabela 2 mostra que, entre 2000 e 2016, cerca de 64 % das exportações de bens estiveram em média concentradas no complexo mineral energético (alumínio, energia eléctrica, carvão, gás e areias pesadas) e 15 % nas mercadorias agrícolas e na agroindústria (tabaco, madeira, caju, algodão, açúcar e banana). A tabela 3 mostra que, nos últimos dez anos, apesar do abrandamento da actividade económica dos últimos quatro anos, as exportações dos grandes projectos continuam a representar mais de dois terços do total das exportações. Um aspecto interessante é que mesmo com o abrandamento da economia nos últimos quatro anos, as exportações dos grandes projectos aumentaram relativamente ao período de 2011-2015, de cerca de 10 mil milhões para cerca de 13 mil milhões USD, representando cerca de 74 % do total das exportações do período. Este aumento das exportações é explicado pelo aumento significativo das exportações de carvão mineral depois da recuperação dos preços deste minério no mercado internacional.

TABELA 2: PESO MÉDIO DAS EXPORTAÇÕES DE BENS POR PRODUTO E POR CATEGORIA, 2000-2016 (%)

Complexo mineral-energético	64	Agro-indústrias	15	Outros	21
Alumínio	40	Tabaco	6		
Carvão	6	Algodão	2		
Gás	6	Madeira w	2		
Areias pesadas	3	Caju	1		
Energia eléctrica	9	Açúcar	3		
		Banana	1		

Fonte: Langa, (2017).

TABELA 3: EXPORTAÇÕES DE BENS DOS GRANDES PROJECTOS E SEM GRANDES PROJECTOS, 2011-2019 (MILHÕES USD)			
	2011-2015	2016-2019	2011-2019
Exportações dos grandes projectos	10 867	13 285	24 152
Exportações excluindo grandes projectos	7560	4683	12 243
Total	18 427	17 968	36 395
Percentagem de grandes projectos no total das exportações	59 %	74 %	66 %
Fonte: Banco de Moçambique (2020).			

Grande parte dos produtos básicos para o consumo, incluindo cereais, combustíveis, serviços e materiais para o funcionamento da economia e da indústria são importados. Dados do Banco de Moçambique (BM) mostram que as importações de bens tiveram uma tendência ascendente ao longo deste período, tendo aumentado de cerca de 3,5 mil milhões para 8,5 mil milhões de dólares norte-americanos entre 2010 e 2013 (2,6 mil milhões para 6,5 mil milhões, excluindo os megaprojectos) (Langa, 2017). Neste período as importações dos megaprojectos representaram, em média, 25 % do total de importações de bens (tabela 4).

TABELA 4: PESO MÉDIO DAS IMPORTAÇÕES DE BENS DOS GRANDES PROJECTOS E IMPORTAÇÕES DE BENS EXCLUINDO GRANDES PROJECTOS, 2000-2019 (%)					
	2000-2004	2005-2009	2010-2014	2015-2019	2000-2019
Importações de bens dos grandes projectos	16	21	26	17	20
Importações de bens excluindo grandes projectos	84	79	74	83	80
Fonte: Banco de Moçambique (2020)					

CONCENTRAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO

As dinâmicas de concentração da economia não só se reflectem no investimento, na produção e no comércio, como também no sistema financeiro. A descrição que se segue sobre o sistema financeiro é baseada em Castel-Branco (2017a: 140-155).⁵ A informação contida neste artigo pode estar desactualizada, mas, ainda assim, continua a ser uma das melhores e mais sistemáticas que existem. Entretanto, dado o foco do artigo, a descrição será limitada a alguns aspectos, sobretudo da sua concentração, que estão em linha com as dinâmicas de concentração da economia em geral.

Em Moçambique, o sistema financeiro é dominado pela banca comercial, que, até por volta de 2015, era responsável por cerca de 90 % do crédito e dos depósitos. A Bolsa de Valores⁶ é responsável por 6 %, enquanto 4 % é controlado por outras pequenas instituições financeiras, incluindo, por exemplo, as cooperativas de crédito e poupança (instituições de microcrédito). Cerca de 17 % dos bancos comerciais detêm mais de 80 % dos balcões ou agências no País e são responsáveis por mais de 77 % do crédito e 79 % dos depósitos do sistema. Estas características

⁵ Ver também Amarcy & Massingue (2011).

⁶ A Bolsa de Valores de Moçambique parece estar a ganhar alguma expressão nos últimos anos, a julgar pelo *marketing* feito nos últimos tempos para a sua promoção. Entretanto, o seu papel tem sido amplamente questionado, sobretudo a sua capacidade de financiamento das empresas nacionais e como mecanismo de protecção social (Siúta & Chishte, 2020).

atribuem ao sector financeiro moçambicano um carácter oligopolista. Os dois maiores bancos (Millennium BIM e BCI), que o Estado usa para realizar a maioria das suas operações, são controlados por capitais financeiros portugueses e controlam cerca de 53 % dos balcões, 63 % dos depósitos e 72 % do crédito à economia. À semelhança do investimento privado, a banca nacional é dominada por capital financeiro externo. Cerca de 70 % das acções dos quatro maiores bancos comerciais – Millennium BIM, BCI, Standard Bank e Barclays (actualmente ABSA) – são controladas por bancos comerciais de capitais sul-africanos e portugueses. Além destes bancos, a maioria dos outros pequenos bancos são também de capital externo.

Além da concentração do ponto de vista de operações de crédito, depósitos e do número de balcões em poucos bancos, a cobertura territorial dos balcões é também concentrada: 47 % dos balcões dos bancos comerciais localizam-se na cidade e província de Maputo. Estas duas regiões correspondem a 5 % do território nacional e abrigam 12 % da população do País, têm um rendimento *per capita* três vezes mais alto do que a média nacional, uma taxa de redução da pobreza duas vezes mais rápida do que a média nacional, uma percentagem de população pobre que é um terço da média nacional, mas têm um nível de desigualdade na distribuição do rendimento que é significativamente superior à média nacional. Ao mesmo tempo, 40 % dos distritos não tinham qualquer instituição financeira formal.⁷

Um aspecto particularmente importante da análise da estrutura económica é que o padrão de crescimento económico concentra recursos, em especial recursos financeiros, capacidades e infra-estruturas no núcleo extractivo da economia. As dinâmicas financeiras mais gerais, incluindo as dinâmicas do endividamento público, a sua relação com as dinâmicas económicas dominantes e as pressões que cria sobre os recursos do sistema financeiro doméstico são discutidas em mais detalhe em Castel-Branco (2014, 2015), Massarongo & Muianga (2011), Chivulele (2016).

O gráfico 1 mostra a evolução do crédito bancário por sector em Moçambique entre 2000 e 2019. Em geral, há um crescimento do crédito bancário em todos os sectores até pouco depois da primeira década e meia do século, tendo-se verificado uma tendência decrescente nos últimos três anos. Por seu turno, olhando para os diferentes períodos, é possível notar que, nos sectores da construção e de transportes e comunicações, o peso no total de crédito foi aumentando ao longo do período em análise (gráfico 2). O peso do crédito bancário nas principais actividades produtivas reduziu-se consideravelmente ao longo da última década e meia, sobretudo na agricultura e indústria, apesar da ligeira recuperação no período 2015-2019 (tabela 5). Estes dois sectores fazem parte dos serviços associados ao crescimento do sector extractivo da economia. A agricultura, considerada a base do desenvolvimento no País, é o sector produtivo que menos crédito recebeu do sistema bancária ao longo de todo o

⁷ Actualmente mais distritos no País possuem balcões de bancos comerciais. A campanha «um distrito um banco» promovida pelo actual Governo é evidência disso. Apesar deste avanço na expansão das instituições financeiras formais pelos restantes distritos do País, o problema da concentração é ainda evidente.

período. É importante realçar que, embora não seja visível no gráfico, uma das componentes que absorveu parte substancial dos recursos financeiros disponibilizados pela banca comercial doméstica foi o endividamento público doméstico, que cresceu consideravelmente na última década e meia (Chivulele, 2016; Castel-Branco, 2014; Massarongo & Muianga, 2011).

GRÁFICO 1: CRÉDITO BANCÁRIO POR SECTOR, 2000-2019 (MILHÕES DE METICAIS)

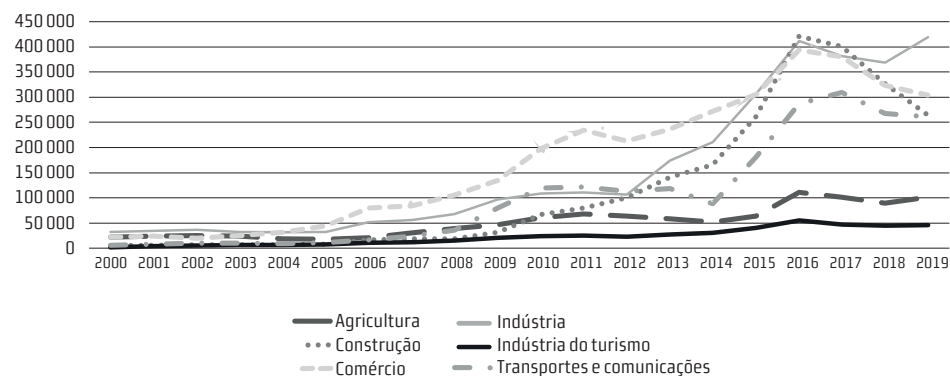


GRÁFICO 2: PESO DO CRÉDITO BANCÁRIO POR SECTOR, 2000-2019 (%)

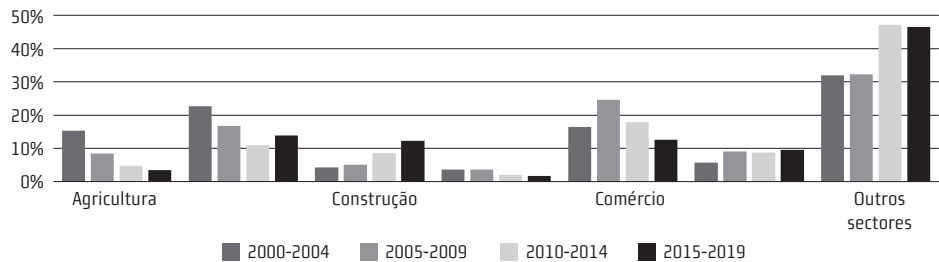


TABELA 5: VARIAÇÃO DO PESO DO CRÉDITO POR SECTOR NO TOTAL DE CRÉDITO BANCÁRIO, 2000-2019 (%)

	2000-2004	2005-2009	2010-2014	2015-2019
Agricultura	-	- 45	- 44	- 27
Indústria	-	- 26	- 34	26
Construção	-	20	71	43
Indústria de turismo	-	1	- 46	-15
Comércio	-	49	- 27	- 30
Transportes e comunicações	-	62	- 5	10
Outros sectores	-	1	46	- 1

Fonte: Banco de Moçambique (2020).

A análise mais geral do sistema financeiro sustenta o argumento de que o padrão de crescimento económico em Moçambique concentra recursos, em especial recursos financeiros, capacidades e infra-estruturas no núcleo extractivo da economia, limitando a sua disponibilidade para o desenvolvimento da base mais ampla e diversificada da economia, em particular da agricultura, onde parte significativa da força de trabalho depende destes recursos para a reprodução. Esta análise mais geral da estrutura da economia, embora não completa e detalhada, fornece alguns elementos para a discussão que se segue sobre os conflitos e tensões à volta das condições de produção e reprodução agrícola.

CONFLITOS E TENSÕES À VOLTA DAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO AGRÍCOLA

Esta secção analisa as condições de produção e reprodução agrícola. Ao contrário do que é defendido oficialmente e por alguns analistas sobre os obstáculos ao desenvolvimento agrário em Moçambique, em especial à pequena e média produção camponesa, a secção procura mostrar como as condições de produção e reprodução desta categoria de produção (incluindo dos seus produtores) são afectadas pelas dinâmicas dominantes da economia descritas na secção anterior. A análise oficial sobre os problemas do desenvolvimento agrário em Moçambique é frequentemente feita recorrendo à descrição de um conjunto de obstáculos à melhoria das condições de produção, em particular do «sector familiar», cuja produção e produtividade são consideradas muito baixas (GdM, 2008, 2011a, 2011b, 2015). Do conjunto de obstáculos ao aumento da produção e produtividade agrícolas destacam-se a «falta de acesso» a (e uso de) insumos e tecnologias mais avançadas, mercados, financiamento, infra-estruturas, entre outros. Neste contexto, a melhoria das condições de produção e, por conseguinte, o aumento da produção e produtividade agrícolas do «sector familiar» só podem ser possíveis, segundo a análise oficial, promovendo e facilitando o acesso a estes factores e transformando a agricultura familiar de subsistência numa agricultura comercial. Seja como for, e mesmo sendo em parte verdade, estas são explicações mais fáceis dos problemas do desenvolvimento agrário no País. Portanto, dadas estas explicações, a solução para a melhoria da produção e produtividade agrícolas é frequentemente dada por longas listas de «acções prioritárias» que, na verdade, não fornecem uma ideia clara de prioridade e nem mostram como essas prioridades estão orgânica e sequencialmente relacionadas (Woodhouse, 2012a). Além disso, no diagnóstico dos obstáculos e das possibilidades de os eliminar e promover as acções para melhorar as condições de produção, não se equaciona em que medida as dinâmicas dominantes da economia, incluindo dentro do sector agrícola, são centrais. Ou seja, não se questiona como aspectos da organização social, ou das relações sociais, de produção, de troca, de distribuição e de consumo são afectados pelas dinâmicas dominantes da economia. Por conseguinte, não se questiona a razão por

que os produtores agrícolas de subsistência, que são por natureza diferenciados, não usam insumos e tecnologias avançadas nem o custo de usar os mesmos num contexto em que a produção é destinada essencialmente para o consumo e em que a produção de excedente para comercialização é limitada. Não se questiona, igualmente, como é possível transformar a produção familiar de subsistência em produção comercial se a agricultura familiar não acumula o suficiente para investir em novas formas, métodos e técnicas de produção. Portanto, a forma como a «falta de acesso» e a «promoção do acesso» são afectadas pelas características da economia, sobretudo de como ela é estruturada e dos seus impactos nas variadas formas da produção familiar camponesa, é uma questão que quase não tem sido considerada. Ou seja, os obstáculos à melhoria das condições de produção e produtividade agrícola parecem não ser parte orgânica do funcionamento da economia nem ter efeitos diferenciados sobre a diversidade da produção familiar e a sua relação com outras formas de produção e de trabalho. Ora, na nossa análise, a estrutura da economia, incluindo o tipo de dinâmicas dominantes que dela emergem, afecta a diversidade de condições de produção e reprodução agrícola, limitando as possibilidades reais de melhoria num quadro mais amplo de desenvolvimento de forças produtivas no campo. Portanto, compreender as contradições e conflitos que estruturam as relações sociais de produção e que conduzem a mudanças nas condições de produção e reprodução agrícola é de extrema relevância.

Em que medida a análise das estruturas económicas dominantes e das suas características é importante? Que elementos fornece esta análise e até que ponto esses elementos podem explicar melhor as dinâmicas agrárias, sobretudo as mudanças nas condições de produção e reprodução agrícola? Ao abordarmos estas questões, há um aspecto importante que deve guiar a nossa análise: as condições de produção e reprodução agrícola, incluindo os conflitos e tensões à sua volta, estão profundamente enraizadas na história dos processos de acumulação capitalista em Moçambique (Castel-Branco, 1994, 2014, 2017b; O’Laughlin, 1981; Wuyts, 1978, 1980, 2001). Estes processos de acumulação reflectem dinâmicas económicas dominantes ao longo da história e o seu impacto na estruturação das relações sociais de produção, incluindo as condições técnicas de produção. Portanto, o estudo da forma como as estruturas económicas dominantes afectam a produção e reprodução agrícola implica entender essas raízes, em particular os elementos da sua «lógica histórica» (Castel-Branco, 2017b). Um elemento central da lógica histórica é a ligação orgânica que se estabeleceu entre as várias formas de produção, em particular a produção mercantil camponesa, com a expansão do modo capitalista de produção, em contextos históricos e locais específicos. Isto implica, por exemplo, «examinar as várias formas em que o capital e o Estado colonial em África incorporaram os produtores rurais na produção e consumo de mercadorias como forma de assegurar a sua própria subsistência» (Bernstein, 1977: 60). No caso moçambicano, a integração das famílias camponesas no sistema de produção de mercadorias, mediada pelo capital e pelo Estado,

constituía e ainda constitui uma das características dominantes do padrão de acumulação de capital (Castel-Branco, 1994, 2014; O’Laughlin, 1981; Wuyts, 1978, 1980). A estrutura de produção e comercialização agrária foi (e continua a ser) determinada em função deste padrão de acumulação de capital e do papel do campesinato na sua reprodução (Castel-Branco, 1994: 34). Em função disso, as famílias camponesas (i) produziam matérias-primas baratas para exportação e para a indústria virada para o mercado doméstico, garantindo a acumulação de capital comercial e industrial colonial e a rentabilidade das indústrias e companhias envolvidas na comercialização; (ii) produziam alimentos baratos para o abastecimento dos trabalhadores assalariados em actividades baseadas no uso intensivo de força de trabalho (plantações, pequenas e médias empresas agrícolas, construções, portos e caminhos de ferro e indústria transformadora); (iii) forneciam força de trabalho a baixo custo para as empresas capitalistas e, (iv) reduziam os custos de reprodução da força de trabalho através da produção familiar para autoconsumo e da produção de alimentos baratos (*ibid.*: 34-35). Portanto, a reprodução deste padrão obrigava à manutenção de grande parte dos produtores ligados à produção familiar de subsistência, o que implicava mantê-los essencialmente ligados à terra. Porém, um dos problemas com este sistema de reprodução é que, além de impedir o aumento da produtividade da força de trabalho (e de outros factores de produção), bloqueia a transferência da força de trabalho para sectores de produtividade mais alta (Castel-Branco, 1995).

Porque é que este aspecto da lógica histórica do processo de acumulação de capital é relevante para responder aos desafios respeitantes às condições de produção e reprodução agrícolas e os conflitos e tensões à sua volta? Este aspecto é relevante por, pelo menos, três motivos. Primeiro, é a volta deste processo de acumulação de capital e da sua lógica que continuam a ser determinadas as condições de produção e reprodução agrícolas, incluindo da própria força de trabalho (barata) necessária para a produção capitalista. Segundo, este aspecto da lógica do processo de acumulação é central na reprodução das actuais estruturas económicas que, à semelhança do passado, limitam as possibilidades de desenvolvimento das forças produtivas no meio rural, colocando pressões sobre a capacidade de as famílias rurais reproduzirem os seus meios de subsistência a partir, por exemplo, da produção agrícola e do trabalho assalariado. Terceiro, nas últimas duas décadas, a dimensão e velocidade de expansão das dinâmicas extractivas (dominantes) da economia mobilizaram as acções do Estado ao seu serviço, incluindo os interesses relacionados com estas dinâmicas, e os custos e as pressões para a produção e reprodução dos meios de subsistência das famílias rurais agravaram-se. A deterioração das condições de produção e reprodução dos meios de subsistência pode ser explicada, por exemplo, pelas expropriações maciças de terra e pelos reassentamentos das famílias camponesas nas zonas de exploração em grande escala de minerais e hidrocarbonetos (Mosca & Selemene, 2012) de florestas e nas zonas de produção de mercadorias agrícolas primárias para exportação (Ali & Muianga, 2016; O’Laughlin & Ibraimo, 2013).

A experiência moçambicana das últimas duas décadas mostra que as expropriações de terra e os reassentamentos, além de retirarem o principal meio de produção das famílias camponesas (a terra e recursos relacionados), tem destruído modos de vida. A recomposição desses modos de vida é praticamente impossível nas zonas de reassentamento e revela problemas sobre a capacidade de reprodução dos meios de subsistência das famílias rurais nesses locais, chegando até a gerar conflitos e tensões no acesso a meios de subsistência com as comunidades hospedeiras. Por exemplo, na península de Afungi, em Cabo Delgado, zona de implementação do complexo industrial que vai alojar a fábrica de liquefacção de gás natural da Área 1 (liderada pela Total), várias famílias perderam as suas terras agrícolas e outras oportunidades de vida. A pesca, uma das principais fontes de rendimento nas zonas costeiras, tornou-se impraticável. Ao mesmo tempo, famílias reassentadas reclamam falta de terras agrícolas perto dos locais de reassentamento, o que aumenta as pressões sobre os custos da sua reprodução e conflitos de terra com as comunidades nativas. A necessidade de estas famílias se reproduzirem, através da reprodução dos seus meios de subsistência, por exemplo, por via da diversificação dos modos de vida, entra também em conflito com a expansão das dinâmicas extractivas da economia. Em Moçambique, e não só, a diversificação dos modos de vida no meio rural, ou seja, a combinação da agricultura com actividades não agrícolas (por exemplo, a pesca, a caça, o comércio, etc.) é amplamente reconhecida e reflecte, também, o desenvolvimento e a diversidade dos mercados rurais de trabalho (Ali, 2013; Oya, Cramer & Sender, 2009; Ali & Muianga, 2016). É também reconhecida a dependência da produção e reprodução agrícolas em relação a rendimentos de outras actividades não agrícolas. Esta característica dos rendimentos no meio rural não é nova e tem antecedentes históricos, por exemplo, no trabalho migratório desenvolvido no início do século passado (Woodhouse, 2012b; Wuyts, 1978). De facto, com as dinâmicas de «comodificação» dos meios de subsistência (Bernstein, 1977) e o desenvolvimento dos mercados de trabalho, os pequenos produtores não conseguem somente a partir da produção agrícola satisfazer as suas necessidades de subsistência. Por exemplo, as dinâmicas de desenvolvimento dos mercados de trabalho no Sul de Moçambique, em particular o trabalho migratório para as minas e plantações na África do Sul, implicaram que o ciclo de produção das famílias camponesas deixasse de se reproduzir sem a injeção de recursos financeiros provenientes de actividades não agrícolas (Berg, 1987; O'Laughlin, 1981; Wuyts, 1978).

A segunda secção deste artigo mostrou que o padrão de crescimento económico nas últimas duas décadas foi caracterizado pela combinação de várias formas de produção capitalistas em grande escala com foco nos mercados externos de produtos primários. Estas formas de produção incluem as grandes concessões agrícolas (tabaco, açúcar, florestas, etc.), as concessões minerais e de hidrocarbonetos (carvão, areias pesadas, gás), a produção industrial primária (alumínio) para exportação. A combinação destas formas de produção e o seu carácter essencialmente extractivo, mais do que constituírem as dinâmicas económicas dominantes, estruturaram a

economia de modo a responder às necessidades da sua reprodução e expansão. A estruturação da economia nessa direcção tem tido um custo elevado para o desenvolvimento de dinâmicas produtivas mais amplas e diversificadas, com particular destaque para a expansão de formas de produção agrícola familiar de pequena e média escala, necessárias para a reprodução da força de trabalho para o capital. Este elevado custo manifesta-se, por exemplo, também, a partir do sistema financeiro (especulativo) que emerge dessas estruturas económicas e do custo para o Estado e para a sociedade do financiamento da infra-estrutura ao serviço da economia extractiva, em detrimento do financiamento da transformação da economia, sobretudo por via do apoio à produção e comercialização agrícola e industrial. As dinâmicas especulativas do sistema financeiro resultantes destas estruturas limitam a expansão do crédito para a pequena produção camponesa, que, em grande medida, continua a depender dos salários baixos (abaixo dos custos de reprodução) pagos pela força de trabalho. Castel-Branco (2015) defende que, enquanto a transformação da economia e do padrão de acumulação requerem mobilidade de recursos, a economia extractiva e o seu carácter poroso concentram os recursos financeiros no sistema extractivo. Portanto, a «falta de acesso» a insumos e tecnologias de produção mais avançadas, a infra-estruturas, ao financiamento e aos mercados de produtos agrícolas, em que o discurso oficial e algumas análises sobre os problemas do desenvolvimento agrário se baseiam, é, na essência, um produto das contradições e conflitos à volta das condições de produção e reprodução criados pela rápida expansão do capital extractivo e dos serviços associados à sua reprodução.

Dados do BM mostram que a expansão do crédito por parte do sistema bancário pouco beneficiou a agricultura. Embora, de um modo geral, o crédito bancário à agricultura tenha crescido em valores absolutos relativamente aos primeiros anos do século, a sua variação foi irregular, havendo anos em que o crescimento foi negativo (gráfico 3). Por seu turno, o seu peso no total de crédito reduziu-se contínua e significativamente ao longo das últimas duas décadas. A tabela 6 mostra que, do total de crédito concedido pelo sistema bancário nacional, apenas cerca de 5 % foi para a agricultura, tendo o seu peso no total do crédito diminuído significativamente ao longo dos quatro períodos em análise: de 15 % em 2000-2004 para 3 % em 2015-2019. Adicionalmente, o crédito cresceu a uma média anual de 11 % no período em análise, e de forma irregular ao longo dos vários quinquénios, em especial no de 2010-2014, cuja média foi de 3 %. O peso do crédito bancário à agricultura reduziu-se em cerca de 45 % nos segundo e terceiro quinquénios do século e em 27 % no último quinquénio. Um aspecto interessante é que este período coincide com o período de crescimento do IDE no complexo mineral energético, o que mostra a tendência de financiamento bancário para actividades ou serviços de suporte à indústria extractiva, em particular a construção e os transportes e comunicações.

Por outro lado, grande parte do crédito agrícola, sobretudo na primeira década do período, diz respeito à modalidade de *leasing* de equipamentos, meios de transporte, entre outros, e não especificamente a custos directos com a produção agrícola (compra de insumos: sementes,

adubos, pesticidas, etc.) (Mosca *et al.*, 2013). O financiamento ao agronegócio, em particular a comercialização e transformação primária de mercadorias para exportação, tem sido uma das componentes dominantes do crédito agrário. O gráfico 4 mostra que, entre 2001 e 2017, mais de 50 % do crédito agrícola teve como destino produtos primários para exportação, com destaque para o açúcar e algodão, que, em conjunto, receberam cerca de 36 % do total de crédito agrícola (Nova, Dadá & Mussá, 2019). Estas culturas fazem parte das mercadorias agrícolas do «núcleo extractivo da economia» (Castel-Branco, 2010), que, como temos defendido, estrutura as dinâmicas do sector financeiro em geral, concentrando os recursos financeiros à sua volta, incluindo os serviços relacionados e de suporte.

TABELA 6: FINANCIAMENTO BANCÁRIO À AGRICULTURA, 2000-2019 (MILHÕES DE METICAIS)

	2000-2004	2005-2009	2010-2014	2015-2019*	2000-2019
Crédito (milhões de meticaís)	113 122	153 729	302 708	466 913	1 036 473
Peso no crédito total (%)	15	8	5	3	5
Taxa média de crescimento (%)	-3	21	3	18	11
Taxa de variação do peso (%)	-	-45	-44	-27	-
Total (milhões de meticaís)	737 519	1 821 512	6 443 458	13 612 701	22 615 189

Fonte: Banco de Moçambique (2020)
 * Dados preliminares (2016-19).

Um aspecto importante a reter é que o crescimento e a expansão do sector financeiro não beneficiaram, em geral, o desenvolvimento mais amplo da agricultura, que, juntamente com o desenvolvimento rural, tem sido oficialmente um dos principais objectivos para a expansão dos serviços e instituições financeiras para mais distritos rurais no País. As estratégias de inclusão financeira e de bancarização do Banco de Moçambique e o programa «Um distrito, um banco» do então Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural são alguns exemplos. Isto confirma, de algum modo, como a dinâmica extractiva da economia estrutura o sector financeiro à volta da sua reprodução, limitando a disponibilidade para financiar os sectores

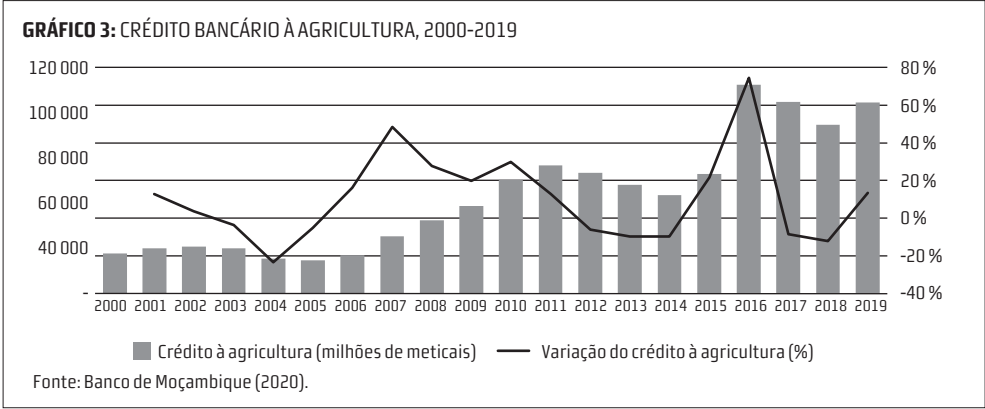
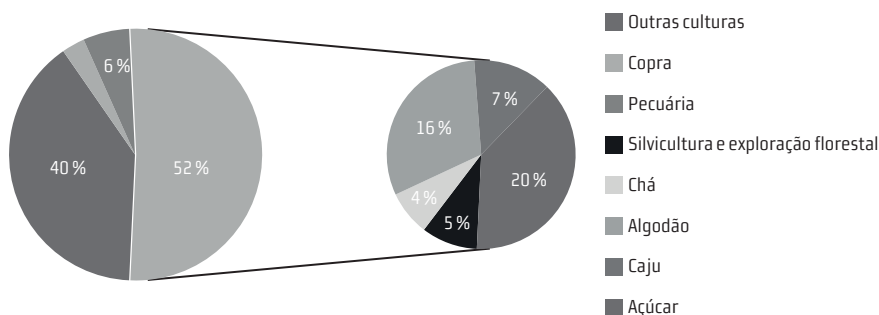


GRÁFICO 4: DISTRIBUIÇÃO DO CRÉDITO AGRÁRIO POR CULTURAS, 2001-2017



Nota: O total percentual é 101 devido ao arredondamento

Fonte: Nova, Dadá & Mussá (2019), com base nos dados do Banco de Moçambique

produtivos com mais possibilidades de transformar a economia, sobretudo a melhoria das condições de produção e reprodução agrícola. Portanto, a pergunta que se coloca é: se o sector bancário tem alocado proporcionalmente cada vez menos recursos para financiar a agricultura em geral, como tem sido financiada a produção agrícola camponesa nas condições actuais? Investigação preliminar realizada no vale do Limpopo, no distrito de Chókwè, província de Gaza, notou que pequenos produtores financiam a produção com base em poupanças de rendimentos de trabalho assalariado e de outras actividades não-agrícolas. Também financiam a produção agrícola recorrendo a créditos concedidos por via de programas específicos de apoio à pequena produção, ou a culturas específicas, como é o caso do arroz. Neste último, por exemplo, grupos de pequenos e médios produtores beneficiaram do sistema de contrato com a Moçfer Indústrias Alimentares (MLA) para a produção de arroz, com assistência técnica e crédito em insumos, incluindo algum valor monetário. Este processo contribuiu para reorganização da produção e das condições de produção no regadio de Chókwè (Weldwisch, 2015). Casos similares de fomento a culturas de rendimento como o tabaco (Pérez-Niño, 2016) e a cana-de-açúcar (O’Laughlin & Ibraimo, 2013) têm tido implicações na reestruturação da produção agrícola familiar em geral. A expansão da produção de cana-de-açúcar no sul de Moçambique, embora contribua para o aumento dos rendimentos monetários das famílias rurais, tem impacto na produção alimentar, na medida em que mais terra tem sido alocada pelas famílias para a produção da cana-de-açúcar em detrimento da produção alimentar (O’Laughlin & Ibraimo, 2013). Além disso, a expansão da produção do açúcar teve implicações no ambiente em geral. Adicionalmente, a poluição da água e a degradação de terras agrícolas, entre outros aspectos, condicionam a produção agrícola familiar e aumentam os custos para a sua reprodução.

CONCLUSÕES

Que conflitos e tensões existem à volta das condições de produção e reprodução agrícola em Moçambique? Qual é a natureza destes conflitos e tensões e como se manifestam dentro das variadas formas de produção agrícola camponesa de pequena (e média) escala? Porque é que a análise destes conflitos e tensões é importante? Mais do que oferecer respostas definitivas a estas questões, este artigo foi uma tentativa de fornecer alguns elementos analíticos que permitissem identificar e compreender a natureza dos conflitos à volta das condições de produção e reprodução agrícola e a sua manifestação no contexto da economia de Moçambique. A posição defendida neste artigo é a de que a natureza dos conflitos e tensões à volta das condições de produção e reprodução agrícola é parte orgânica dos padrões de acumulação económica e social e das suas dinâmicas dominantes ao longo da história. A análise destas dinâmicas, que são determinadas pela natureza das relações entre a pequena e média produção agrícola camponesa e as várias formas de capital (incluindo agrário) e o Estado, é central para a sua compreensão. Por sua vez, a sua compreensão permite reflectir sobre a forma como estas dinâmicas dominantes da economia, nas condições históricas e sociais de Moçambique, ao afectarem as bases material, técnica e social da produção e reprodução da pequena agricultura camponesa, estabelecem e/ou consolidam as bases da sua própria reprodução, expansão e rentabilidade. Estes elementos analíticos, embora não sejam novos no contexto da economia moçambicana, têm merecido pouca atenção na formulação de planos e programas de desenvolvimento agrário, em especial para o aumento da produção e produtividade da pequena produção familiar de subsistência. Os programas e planos oficiais continuam, infelizmente, a focar a acção apenas na listagem de um conjunto de factores que impedem ou constroem o desenvolvimento da agricultura. Aparentemente, a compreensão do modo como estes factores são produto e parte orgânica da reprodução e expansão do tipo de estruturas económicas dominantes está ausente. Por exemplo, como é possível explicar o problema do acesso ao financiamento para a pequena e média produção agrícola camponesa sem entender as tendências especulativas do sector financeiro ligadas às dinâmicas de reprodução e expansão da economia extractiva e dos serviços associados? Estas dinâmicas de expansão concentram recursos financeiros à volta do núcleo extractivo da economia, sobretudo no financiamento do agronegócio, que compreende as principais mercadorias agrícolas para exportação, que empregam força de trabalho barata e em condições precárias. Portanto, os obstáculos à melhoria das condições de produção e reprodução agrícola e do desenvolvimento agrário, incluindo a possibilidade de promover o acesso a factores que permitem melhorar a produção e produtividade não são neutros relativamente às dinâmicas estruturantes da economia. Este é um desafio central que a formulação de planos e programas de desenvolvimento agrário deve tomar em consideração. Desta forma, mais

do que pensar no desenvolvimento da agricultura, entender as dinâmicas de funcionamento da economia como um todo é indispensável para a identificação e resolução dos conflitos e tensões à volta da sua própria sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

- Ali, R. (2020). «Desafios e contradições para uma abordagem sobre trabalho e emprego em Moçambique.» In: S. Forquilha (ed.). *Desafios para Moçambique 2020*. Maputo: IESE.
- Ali, R. (2013). «Mercados de trabalho rurais: porque são negligenciados nas políticas de emprego, redução da pobreza e desenvolvimento em Moçambique?» In: L. de Brito *et al.* (eds.). *Desafios para Moçambique 2013*. Maputo: IESE.
- Ali, R. & Muianga, C. (2016). «Emprego e condições sociais de trabalho nas agroindústrias: contradições e desafios ». In: L. de Brito *et al.* (eds.). *Desafios para Moçambique 2016*. Maputo: IESE, pp. 255-267.
- Amarcy, S. & Massingue, N. (2011). «Desafios da expansão de serviços financeiros em Moçambique». In: L. de Brito *et al.* (eds.). *Desafios para Moçambique 2011*. Maputo: IESE, pp. 185-205.
- Banco de Moçambique (2020). *Estatísticas Gerais*. Maputo: Banco de Moçambique. Disponível em: http://bancomoc.mz/fm_pgLink.aspx?id=222 (consultado a 5 de Maio de 2020).
- Berg, J. van den (1987). «A peasant form of production: wage-dependent agriculture in Southern Mozambique». *Canadian Journal of African Studies*. 21 (3), 375-389.
- Bernstein, H. (2010). *Class Dynamics of Agrarian Change*. Agrarian Change and peasant studies series. Canada: Fernwood Publishing.
- Bernstein, H. (1977). «Notes on capital and peasantry». *Review of African Political Economy*. (10), 60-73.
- Bernstein, H. (2017). «Political economy of agrarian change: some key concepts and questions». *RDUN Journal of Sociology*. 17 (1), 7-18.
- Bernstein, H. & Oya, C. (2014). *Rural futures: How much should markets rule?* Working paper. Londres: IIED.
- Bottomore, T. (1991). *A Dictionary of Marxist Thought*. Second Edition. Oxford: Blackwell Publishers.
- Castel-Branco, C. N. (2017a). «Crises económicas e estruturas de acumulação de capital em Moçambique». In: L. de Brito *et al.* (eds.). *Desafios para Moçambique 2017*. Maputo: IESE, pp. 99-164.
- Castel-Branco, C. N. (2017b). «Lógica histórica do modelo de acumulação de capital em Moçambique». In: Luis Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava, Salvador Forquilha *et al.* (eds.). *Desafios para Moçambique 2017*. Maputo: IESE, pp. 257-302.
- Castel-Branco, C. N. (2015) «Desafios da sustentabilidade do crescimento económico – uma “bolha económica” em Moçambique?» In: L. de Brito *et al.* (eds.). *Desafios para Moçambique 2015*. Maputo: IESE, pp. 157-199.

- Castel-Branco, C. N. (2014). «Growth, capital accumulation and economic porosity in Mozambique: social losses, private gains» *Review of African Political Economy*, 41 (sup. 1), S26-S48. Disponível em: doi:10.1080/03056244.2014.976363.
- Castel-Branco, C. N. (2010). «Economia extractiva e desafios de industrialização em Moçambique». In: L. de Brito *et al.* (eds.). *Economia Extractiva e Desafios de Industrialização em Moçambique*. Maputo: IESE.
- Castel-Branco, C. N. (1995). «Opções económicas de Moçambique 1975-95: problemas, lições e ideias alternativas». In: B. Mazula (ed.) *Moçambique: Eleições, Democracia e Desenvolvimento*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane e Fundação Friedrich Ebert, pp. 581-636.
- Castel-Branco, C. N. (1994). «Problemas estruturais do desenvolvimento agrário. In: C.N. Castel-Branco (ed.). *Moçambique Perspectivas Económicas*. Maputo: Faculdade de Economia (UEM) e Fundação Friedrich Ebert, pp. 87-157.
- Chivulele, F. M. (2016). «Estrutura da dívida pública em Moçambique e a sua relação com as dinâmicas de acumulação». In: L. de Brito *et al.* *Desafios para Moçambique 2016*. Maputo: IESE, pp. 113-139.
- Fine, B. & Harris, L. (1979). *Rereading Capital*. Nova Iorque: Columbia University Press.
- Fine, B. & Saad-Filho, A. (2016). *Marx's Capital*. Sexta edição. Londres: Pluto Press.
- GdM (2015). *Programa Quinquenal do Governo 2015-2019*. Maputo: Boletim da República. Imprensa Nacional de Moçambique, 14 de Abril de 2015.
- GdM (2011a). *Plano de Acção para Redução da Pobreza (PARP) 2011-2014*.
- GdM (2011b). *Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector Agrário (PEDSA)*.
- GdM (2008). *Estratégia da Revolução Verde em Moçambique*. Maputo: Ministério da Agricultura.
- INE (2020). *Estatísticas Económicas*. Maputo, INE. Disponível em: <http://www.ine.gov.mz/estatisticas/estatisticas-economicas/contas-nacionais/anuais-1/pib-na-optica-de-producao/pib-na-optica-de-producao-2020/view> (consultado a 30 e Abril de 2020).
- Langa, E. (2017). «Dependência de megaprojectos e desindustrialização prematura em Moçambique». In: L. de Brito *et al.* (eds.). *Desafios para Moçambique 2017*. Maputo: IESE, pp. 165-183.
- Massarongo, F. & Muianga, C. (2011). «Financiamento do Estado com recurso à dívida: problemas e desafios». In: L. de Brito *et al.* (eds.). *Desafios para Moçambique 2011*. Maputo: IESE, pp. 161-184.
- Mosca, J.; Bruna, N., Pereira, K. A. & Dadá, Y. A. (2013). «Crédito Agrário». *Observador Rural* 11. Maputo: OMR.
- Mosca, J. & Selemane, T. (2012). «Megaprojectos no meio rural, desenvolvimento do território e pobreza: o caso de Tete». In: L. de Brito *et al.* (eds.). *Desafios para Moçambique 2012*. Maputo: IESE, pp. 231-255.

- Nova, Y.; Dadá, Y. A. & Mussá, C. (2019). «Agricultura em Números: Análise do Orçamento do Estado, Investimento, Crédito e Balança Comercial». *Observador Rural* 74. Maputo: OMR.
- O'Laughlin, B. (1981). «A questão agrária em Moçambique». *Estudos Moçambicanos* (3). Centro de Estudos Africanos (CEA). Universidade Eduardo Mondlane (UEM). Maputo, 9-32.
- O'Laughlin, B. & Ibraimo, Y. (2013). «A expansão da produção de açúcar e bem-estar dos trabalhadores agrícolas e comunidades rurais em Xinavane e Magude». Maputo: *Cadernos IESE n.º 12P*. IESE.
- Oya, C.; Cramer, C. & Sender, J. (2009). «Discretion and heterogeneity in Mozambican rural labor markets». In: L. de Brito *et al.* (eds.). *Reflecting on Economic Questions*. Maputo: IESE, pp. 50-71.
- Pérez-Niño, H. (2016). «Class dynamics in contract farming: the case of tobacco production in Mozambique». *Third World Quarterly*. 37 (10), 1787-1808.
- Siúta, M. & Chishte, U. (2020). «Protecção social e os principais obstáculos ao financiamento das empresas através da Bolsa de Valores de Moçambique». In: S. Forquilha (ed.). *Desafios para Moçambique 2020*. Maputo: IESE.
- Weldwisch, G. J. (2015). «Contract farming and the reorganisation of agricultural production within the Chókwè Irrigation System, Mozambique». *The Journal of Peasant Studies*, 42 (5), 1003-1028.
- Woodhouse, P. (2012a). «Agricultura, pobreza e a receita do PARP». In: L. de Brito *et al.* (eds.). *Desafios para Moçambique 2012*. Maputo: IESE, pp. 165-183.
- Woodhouse, P. (2012b). «New investment, old challenges: land deals and the water constraint in African agriculture». *The Journal of Peasant Studies*. 39 (3-4), 777-794.
- Wuyts, M. (1978). *Camponeses e Economia Rural em Moçambique*. Maputo: CEA. UEM.
- Wuyts, M. (1980). «Economia política do colonialismo português em Moçambique». *Estudos Moçambicanos* (1). Centro de Estudos Africanos (CEA). Universidade Eduardo Mondlane (UEM). Maputo, 9-22.
- Wuyts, M. (2001). «The agrarian question in Mozambique's transition and reconstruction». Disponível em: http://wider.unu.edu/publications/working-papers/discussion-papers/2001/en_GB/dp2001-14 (consultado a 21 de Fevereiro de 2014).